

Diário Oficial



Estado de Pernambuco

Ano LXXXIV • Nº 205

Poder Legislativo

Recife, sábado, 10 de novembro de 2007

Assembléia avalia Lei de Responsabilidade Fiscal e Social

Projeto tramita na Câmara Federal e está sendo discutido nacionalmente

O Projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal e Social (LRFS), que está sendo analisado na Câmara Federal, foi discutido, ontem, durante audiência pública da Comissão de Finanças da Alepe. O deputado Coronel José Alves (PAN) abriu o debate e passou a coordenação do evento para Sílvio Costa Filho (PMN). A matéria modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), aprovada em 2000, com o objetivo de que os Governos Federal, Estaduais e Municipais cumpram as metas sociais e não apenas as fiscais.

A relatora da matéria, na Comissão de Legislação Participativa da Câmara, deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP), compareceu à reunião, que está sendo realizada em todo País para colher sugestões. De acordo com Erundina, a atual LRF



MANHÃ - Evento reuniu, no auditório da Casa, diversos profissionais e parlamentares

não garante investimentos sociais e seu conteúdo está ligado apenas aos gastos públicos. "Na prática, a LRF também não coíbe a corrup-

ção, responsável pelo mau uso dos recursos. O projeto não pretende revogar a legislação atual, mas defendemos alterações em seus ar-

tigos para priorizar o cumprimento de metas sociais", explicou.

A proposta foi uma iniciativa do Fórum Brasil do

Orçamento (FBO), que encaminhou a idéia à Câmara. A entidade é responsável pelo acompanhamento dos processos de elaboração, execução e avaliação do Orçamento Público da União. Erundina afirmou que, se o projeto for aprovado, tramitará normalmente no Legislativo Federal.

O deputado Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) também participou da discussão e destacou alguns pontos principais do projeto da LRFS. "Pre vemos como responsabilidade social o combate à violência contra a mulher, estudos sobre as relações de gênero, apoio à criança abandonada, incentivo à leitura, entre outras questões", disse.

Integrante da Comissão de Finanças, o deputado estadual Sílvio Costa Filho ressaltou a importância do debate e agradeceu a presença dos parlamentares federais

em Pernambuco. "O social é um dever de qualquer gestor público. O projeto em discussão é uma oportunidade de garantir essas políticas públicas", frisou, informando a existência da Lei de Responsabilidade Educacional no Estado, que obriga a Secretaria de Educação a fornecer à Alepe as informações anuais de como se encontra a rede estadual de ensino. Sílvio Costa foi autor do projeto que resultou na legislação.

O 2º secretário da Casa, deputado Raimundo Pimentel (PSDB), também participou do evento, além de representantes de entidades como o Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec), do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) e o vereador de Olinda Marcelo Santa Cruz (PT).

Diversão

Segunda Cultural traz a peça O vendedor de sonhos

A peça teatral *O Vendedor de Sonhos* será a atração do Projeto Segunda Cultural, no próximo dia 12, às 18h, no Plenário da Assembléia Legislativa. O texto foi inspirado nos problemas relatados por crianças e adolescentes atendidos pelo Grupo Ruas e Praças. Para eles, a violência, a discriminação, o preconceito e a desigualdade social fazem parte do cotidiano.

"A peça foi escrita com o objetivo de promover uma discussão e fazer valer os

direitos e sonhos dessas crianças e adolescentes. Queremos reinventar um olhar para o futuro, no qual os sonhos não se compram, mas se conquistam", explicou a coordenadora do grupo, Rejane Simões.

Segundo ela, o programa da entidade inicia com a educação de rua. "Os educadores vão até as crianças e fazem um estudo sobre a necessidade de cada uma delas. Algumas vezes, os próprios jovens nos procuram. Diariamente, promo-

vemos atividades para ressocializá-los", salientou.

O educador social e responsável pela Oficina de Teatro do grupo, Sandro Félix, informou que todo o trabalho feito é direcionado à formação da cidadania. "Acreditamos que todos os cursos oferecidos ajudam na inclusão social", destacou.

Formado em 1987, com sede em Santo Amaro, o Ruas e Praças atende, atualmente, 250 crianças e adolescentes que moram na

periferia e Região Metropolitana do Recife, além de prestar assistência às suas famílias. Rejane informou que, periodicamente, são realizadas visitas domiciliares e encontros com as famílias para averiguar o andamento do trabalho.

O Projeto Segunda Cultural é uma iniciativa da Mesa Diretora da Alepe. A entrada é franca e os artistas não cobram cachê. Um dos objetivos é aproximar, cada vez mais, a população do Legislativo Estadual.



ALTERNATIVO - Neurônio Nuclear participou em outubro

Procuradoria da Alepe vence mais uma questão judicial

STF decide com base em documento formulado por profissionais do Parlamento

Há oito anos, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) nº 1986-4, de autoria do Ministério Público Federal, questionando a Lei Estadual nº 11.562/98, que trata do Plano de Cargos e Carreiras do Grupo Ocupacional Auditoria do Tesouro Estadual (Goate), da Secretaria Estadual da Fazenda, tramitava no Supremo Tribunal Federal (STF). Este ano, graças à atuação da Procuradoria da Assembleia Legislativa, a questão foi encerrada. No último dia 11 de outubro, a decisão de manter a legislação, estabelecendo as formas de promoção dos auditores, foi divulgada pelo relator do caso, ministro Celso de Mello. A decisão foi baseada no documento elaborado e encaminhado pela Procuradoria da Alepe.

No texto, os procuradores da Casa informaram que a lei questionada sofreu, ao longo dos oito anos, alterações substanciais em seu conteúdo. “Encaminhamos os esclarecimentos ao ministro-relator e reforçamos a tese da constitucionalidade da lei. A legislação foi alterada por outras leis aprovadas posteriormente. O quadro normativo inicial difere do atual, no que concerne à estruturação da carreira dos auditores fiscais. Com as mudanças, o objeto da Adin ficou prejudicado”, esclareceu o procurador-adjunto da Alepe, Hélio Lúcio Dantas.

De acordo com o procurador-geral da Assembleia, Ismar Cabral, caso o STF declarasse a inconstitucionalidade da lei, have-

ria a anulação das promoções de auditores efetivadas com base nessa legislação. “Grande parte dos funcionários da Secretaria da Fazenda ficaria numa situação difícil, inclusive com possibilidade de terem que devolver os valores recebidos durante esses anos. Poderia, ainda, haver o ajuizamento de ações questionando a legalidade da atuação desses auditores no processo de fiscalização”, acrescentou.

A Lei Estadual nº 11.562 foi aprovada no Governo Arraes, no ano de 1998. Em 1999, o Ministério Público Federal entrou com a Ação Direta de Inconstitucionalidade junto ao STF. Segundo o procurador-geral da Alepe, até este ano, as informações que o Supremo tinha eram deficientes para que houvesse um julgamento justo. “Por isso, o ministro-relator da Adin no

STF, Celso de Mello, voltou a solicitar, este ano, à Assembleia mais informações. Então elaboramos e encaminhamos o documento contendo os esclarecimentos”, informou.

Cabral também destacou o posicionamento do presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT). “Ao tomar conhecimento do caso, o presidente determinou que a Procuradoria enviasse esforços para que fossem adotadas as providências jurídicas necessárias. A participação do presidente, determinando que tivéssemos a cautela de bem informar e melhorar os fundamentos da defesa, foi importante para esse resultado”, salientou.

Apoio do presidente Guilherme Uchoa foi destacado



RINALDO MARQUES

TRABALHO - Ismar Cabral (e) e Hélio Lúcio explicaram o trâmite jurídico que resultou em benefício para o Goate

Plenário



JOÃO BITTA

O Projeto de Lei Complementar nº 138/07, de autoria do Poder Judiciário, foi aprovado em redação final, ontem, pelo Plenário. A proposta, que trata do Código de Organização do Judiciário, define normas gerais da divisão judiciária e dos órgãos administrativos e jurisdicionais que compõem a Justiça Estadual e, ainda, modifica, cria e extingue cargos, comarcas, varas e demais órgãos. A matéria também contempla os servidores de cartórios extrajudiciais que estavam impedidos de contribuir e se aposentar pelo Fundo Previdenciário dos Servidores do Estado (Funafin).

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 845

EMENTA: Concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Everaldo Cabral.

A Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde ao Deputado Everaldo Cabral, a partir de 30 de outubro de 2007, nos termos do inciso III, do artigo 38, do Regimento Interno.

Art. 2º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, em 09 de novembro de 2007.

GUILHERME UCHÔA
Presidente

Atos

ATO Nº 748/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 086/2007, do Deputado João Negromonte,

RESOLVE: exonerar **JUDITH MARIA SILVA PESSOA MEIRA**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de novembro do corrente ano, nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

Sala Torres Galvão, 09 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

ATO Nº 749/07

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, § 1º, Art. 60 do Regimento Interno, tendo em vista o contido no Ofício nº 0472/2007, do Deputado Sílvio Costa Filho,

RESOLVE: exonerar **ANTÔNIO PAULO VASCONCELOS JUNIOR**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, Símbolo PL-SPC, nomeando para o referido cargo **JULIANO JOSÉ NERY DE VASCONCELOS MOTTA**, atribuindo-lhe a gratificação de 120% (cento e vinte por cento), nos termos da Lei nº 11.614/98, com a alteração que lhe foi dada pelas Leis nº 12.347/03 e 13.185/07.

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Guilherme Uchoa; 1º Vice-Presidente, Deputado Izaías Régis; 2º Vice-Presidente, Deputado Ciro Coelho; 1º Secretário, Deputado João Fernando Coutinho; 2º Secretário, Deputado Raimundo Pimentel; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretário, Deputado Henrique Queiroz. **Procuradoria Geral,** Ismar Teixeira Cabral (procurador-geral); **Superintendência Geral,** Paulo César Menezes Teixeira (Superintendente-geral); **Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo (Assistente Chefe); **Superintendência Administrativa,** Adriana Alves Araújo (Superintendente); **Superintendência de Recursos Humanos,** Karla de Fátima Mendes Vieira (Superintendente); **Superintendência de Modernização Institucional e Tecnológica,** Braulio José de Lira C. Torres; **Superintendência de Planejamento e Execução Orçamentária e Financeira,** Marcelo Cabral e Silva (Superintendente); **Cerimonial,** Franklin Bezerra Santos (Assistente de Cerimonial); **Assistência de Saúde e Medicina Ocupacional,** Aldo Mota (Assistente Médico); **Assistência de Segurança Legislativa,** Coronel Ricardo Ferreira de Lima (Assistente Chefe); **Escola do Legislativo,** Jurandir Bezerra Lins (Assistente Educacional); **Auditação,** Gildo Dantas Correia de Góis (Auditor-chefe); **Assistência de Comunicação Social,** Cláudia Lucena (Assistente de Comunicação Social); **Chefe de Departamento de Imprensa,** Marconi Glauco; **Editora:** Andréa Tavares; **Redatores:** Antônio Azevedo, Fernanda Rodrigues, Larissa Rodrigues, Renata Rodrigues, Renata Varjal, Sandra Salisvânia e Yanna Araújo; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera, Carlos Oliveira, João Bitta, Moisés Barbosa e Rinaldo Marques; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Anderson Galvão e Alcécio Nicolak Júnior; **Chefe de Departamento de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins; **Repórteres:** Carolina Flores, Rosângela Almeida, Silvana Fonseca e Verônica Barros; **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos; **Estagiários:** Andréa Neves, Monique Cabral, Priscilla Aguiar, Rodrigo Ferreira e Solange Mendonça. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

Sala Torres Galvão, 09 de novembro de 2007.

Deputado **GUILHERME UCHOA**
Presidente

Expediente

OITAVA REUNIÃO DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE NOVEMBRO DE 2007.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 936 - DA COMISSÃO DE DEFESA DA CIDADANIA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 129, juntamente com a Emenda nº 01.
A Imprimir.

PARECER Nº 937 - DA MESA DIRETORA submetendo ao Plenário Projeto de Resolução nº 369 que Concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Everaldo Cabral.
A Imprimir.

PARECER Nº 938 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável as Emendas nºs 31, 32, 34 e 36, e rejeitando as Emendas nºs 33, 35 e 37 e Subemendas nº 01 as Emendas nºs 05, 06, 07 e 11, acolhendo Subemendas deste colegiado, ao Projeto de Lei Complementar nº 138.
A Imprimir.

PARECER Nº 939 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável as alterações propostas no seio da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e acompanhando todo o parecer da 1ª Comissão ao Projeto de Lei Complementar nº 138.
A Imprimir.

Pronunciamentos

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ALBERTO FEITOSA NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2007.

HOMENAGEM AOS 10 ANOS DA ASSOCIAÇÃO DOS COMISSÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL

Um grupo de comissários da Polícia Civil reuniu-se, em 1997, para constituir uma entidade em defesa da categoria. Hoje, a Associação dos Comissários de Polícia Civil do Estado de Pernambuco (Acomp/PE) celebra uma década de existência, justificando todos os esforços feitos para que os servidores pudessem contar com um órgão representativo.

Por solicitação do deputado Sérgio Leite, que exerceu o cargo de comissário de polícia e, hoje, está licenciado, esta reunião solene assinala os dez anos da Associação, atualmente presidida pelo comissário George Fernando Ribeiro Neves, trazendo a esta Casa autoridades policiais civis e militares, representantes de entidades de classe, delegados, peritos, médicos legistas,

comissários, agentes, escrivães e dactiloscopistas. A entidade conta com 500 associados, mantendo o lema da hierarquia e da disciplina na instituição. A atual gestão tem em pauta a aquisição da sede própria. Há alguns anos, a Associação está instalada na Rua da Aurora, 573, no Edifício Caeté, enquanto não conquista a sua sede definitiva. Ao mesmo tempo, a categoria busca alcançar a ascensão funcional, com elevação do cargo de comissário a um nível maior. Portanto, ao receber os comissários da Polícia Civil nesta solenidade, a Assembléia Legislativa afirma seu apoio à categoria e louva o desempenho desses dedicados servidores públicos, que cumprem missões difíceis e muitas vezes incompreendidas, expondo inclusive o bem maior do ser humano, a vida, no combate à criminalidade e em defesa da família pernambucana. Muito obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES NA REUNIÃO SOLENE DO DIA 05 DE NOVEMBRO DE 2007.

ENTREGA DA MEDALHA DO MÉRITO CULTURAL GILBERTO FREYRE AO CANTOR E COMPOSITOR ALCEU VALENÇA.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Ilustre homenageado desta reunião solene, cantor e compositor Alceu Valença

Nesta data - 05 de novembro - comemora-se o Dia Nacional da Cultura. E esse evento, aliado a condecoração deste astro da música cantor e compositor Alceu Valença, com a Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre, é que me trazem à tribuna desta Casa, para com todo afã e muita alegria aqui poder exaltá-los e ao mesmo tempo registrá-los.

Convém ainda que descrevamos alguns dados biográficos deste poeta cantor, que tão facilmente se afina, se inflama, se eletriza, transbordando os mais generosos sentimentos de sua alma para cantar e decantar, as alegrias e os sofrimentos de nossa gente.

“Alceu de Paiva Valença nasceu em 1º de julho de 1946, na cidade de São Bento do Una, nos limites do sertão com o agreste pernambucano. É considerado um artista que atingiu o maior equilíbrio estético entre as bases musicais nordestinas com o universo dos sons elétricos da música pop.” Influenciado pelos negros maracatus, cocos e repentes de viola, Alceu conseguiu utilizar a guitarra - que chegou a

galope montada nas costas do Rock n’ Roll de Elvis Presley - com baixo elétrico e, mais tarde, com o sintetizador eletrônico nas suas composições e interpretações.

Por conta disso, conseguiu dar nova vida a uma gama de ritmos regionais, como o baião, coco, toada, maracatu, frevo, caboclinhos, embolada e repentes cantados com bases no Rock n’ Roll. Sua música e seu universo temático são universais, mas a sua base estética está fincada na Nordestinidade, na Pernambucanidade.

Por sua vez, Alceu também enveredou pelo gênero exclusivamente pernambucano, o nosso eletrizante frevo, o qual no dia 9 fevereiro do ano em curso, por decisão do Conselho Consultivo do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tornou-se Patrimônio Imaterial do Brasil.

Não há dúvida, que para Pernambuco chegar a este estágio, houve a colaboração de inúmeros artistas de nossa terra, dentre os quais, o que mais se destacou nos últimos anos, foi o cantor e compositor Alceu Valença. Hoje está sendo a vez deste gênio da melodia. A verdade, porém, é que o envolvimento de Alceu com a música começou desde os tempos de sua irrequieta infância em São Bento do Una, através dos cantadores de feira de sua cidade natal. Jackson do Pandeiro, Luiz Gonzaga e Marinês, os três de saudosa memória, foram os que mais se destacaram como os principais irradiadores da cultura musical nordestina, foram também captados por Alceu através dos melancólicos serviços de alto falantes de sua cidade. Em casa, a formação ficou por conta do avô, Orestes Alves Valença, que era poeta e violero. Aos 10 anos de idade Alceu veio para o Recife, aqui manteve contato com a cultura da cidade grande e passou a ouvir músicas de Orlando Silva, Dalva de Oliveira e alternando sempre como o emergente e rebelde ritmo de Little Richard, Ray Charles e outros ícones da chamada geração do Rock n’ Roll.

No ano de 1969, Alceu bacharelou-se no curso de Direito

nesta Capital, e embora tenha trabalhado como correspondente do Jornal do Brasil, desistiu totalmente das carreiras de advogado e jornalista, pois o que realmente lhe fascinava era a música, companheira inseparável de sua brilhante carreira artística, até os dias atuais.

Portanto meu caro Alceu Valença, tenho a real certeza de que, com a mesma alegria que apresentei o Projeto de Resolução o qual hora lhe agracia com a Medalha do Mérito Cultural Gilberto Freyre, V.Sa, como um bom pernambucano, também deve está se sentindo enormemente lisonjeado e alegre, com a presente distinção honorífica, cuja insígnia memorável tem em seu relevo a escultura do sociólogo e antropólogo Pernambucano Gilberto Freyre.

“O homem reinventor da História”, como bem o disse certa vez o então Senador da República Francelino Pereira.

Ele o ilustre autor de Casa Grande & Senzala, a primeira obra de sua famosa trilogia, que inclui Sobrados e Mocambos e Ordem e Progresso.

Hoje o saudoso gênio Gilberto Freyre, tornou-se comenda histórica, para que através desta Casa de Joaquim Nabuco, possamos homenagear outras figuras que com o mesmo brilhantismo e galhardia, primam por nossas mais belas tradições culturais.

Incluem-se todos aqueles que divulgam, interpretam, e fazem os nossos gêneros e letras musicais e/ou outras grandes realizações.

Portanto Senhor Presidente, com o apoio de meus ilustres Pares, quero solicitar verbalmente à V. Exa., que todos os dados históricos da presente reunião fiquem registrados nos anais desta Casa Legislativa, como um grande legado para as gerações futuras, cuja figura central deste magnânimo evento é o nosso emérito, homenageado e conterrâneo Alceu de Paiva Valença. Muito Obrigado!

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES NO GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL NA REUNIÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2007.

HOMENAGEM AOS 190 ANOS DA CRIAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O amor à ordem e à liberdade, a que me consagrei desde minha infância, me trazem hoje à Tribuna da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, para ao ensejo do transcurso dos 190 anos da criação da Polícia Civil em nosso território, possa aqui, destacar com entusiasmo o dever da homenagem e do testemunho oficial a tão grata efeméride estadual.

“No caso de Pernambuco, em particular, de acordo com a pesquisa realizada pelo Historiador Carlos Bezerra Cavalcanti, a primeira medida regular de um serviço de Polícia Judiciária no Estado veio com o Decreto do Governo Provisório de 13 de abril de 1817, que criou, na Capitania de Pernambuco, um Tribunal de Polícia dirigido por um Juiz Ordinário do Crime e Polícia da Vila e Termo do Recife.

Foi nomeado para o cargo o Patriota Felipe Nery Ferreira que, segundo o Historiador Francisco Augusto Pereira da Costa, em seus “Anais Pernambucanos”, exerceu a função com tanto zelo, natureza e humanidade que recebeu, até dos próprios inimigos políticos, os maiores louvores”.

A história da Polícia Civil, indiscutivelmente está entrelaçada a própria história de Pernambuco, daí o motivo por que não podemos deixar de exaltar esta corporação policial que há quase dois séculos cuida da segurança pública a qual lhe compete, ressalvada a competência específica da União, as atividades de Polícia Judiciária e de apuração das infrações penais, exceto as de natureza militar”.

Muito me envida pertencer aos quadros da briosa Polícia Civil do Estado de Pernambuco.

Portanto, Senhoras e Senhores Parlamentares, permitam-me aqui, mais um registro de minha vida pública, o qual me deixou para sempre enlevado e que se relaciona intrinsecamente com a Polícia Civil do meu Estado.

Na segunda gestão do então Governador Miguel Arraes, aceitei o desafio e tive a grata felicidade de gerir os destinos da Polícia Civil de Pernambuco, na qualidade de titular principal da então Secretaria de Segurança Pública.

Realmente foi um período de muito trabalho, porém, por demais gratificante.

Foi justamente naquela época, que com a ajuda do Governador Dr. Arraes, conseguimos comprar um prédio na rua da Aurora e instalar a sede própria do Instituto

Tavares Buriil, que já contava com 85 anos de relevantes serviços prestados a Polícia Civil e conseqüentemente a comunidade, mas não dispunha de sede própria.

Tivemos também a oportunidade de recuperarmos todo o casarão, da Instituição, o qual também se localiza na rua da Aurora nº 405. Esta façanha só foi possível graças aos bons artifícios do então Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, Cel. PM Jorge Luiz de Moura, com quem mantínhamos uma parceria de trabalho altamente responsável e harmoniosa, portanto, somos para sempre gratos ao Cel. E com ele queremos dividir todo o êxito com que foi coroada, modéstia a parte, nossa administração.

Mas, não paramos por aí, conseguimos também realizar a recuperação total de mais de 20 delegacias de Polícia e adquirirmos várias viaturas policiais, naquela época contamos com a colaboração do então Diretor Geral da Corporação, atualmente Chefe Geral da Polícia Civil, o renomado Delegado de Carreira, Dr. Manoel Carneiro. Ainda na nossa administração, em parceria com o Governador Arraes, com o então Prefeito Jarbas Vasconcelos e uma gama de bons empresários pernambucanos, reconstruímos totalmente a Academia de Polícia Civil, acrescentado-lhe estande para treino de tiros ao alvo e uma também uma quadra polivalente. Gostaria aqui de abrir um parêntese, para registrar uma grata lembrança de um colega.

Recordo o companheiro Edinho, que sempre encontrava uma maneira para todas as manhãs servir seus gostosos cafés aos freqüentadores da mencionada Academia de Polícia Civil.

Finalmente, durante nossa trajetória dirigindo e comandando a Polícia Civil de Pernambuco, criamos a Corregedoria de Polícia Civil, a qual serviu de modelo para criação da Fazenda da PM e de outras corregedorias em vários Estados da Federação.

Entretanto no lapso de apenas 2 anos e 7 meses, foram julgados pelos 7 membros da Corregedoria, vários integrantes da Polícia Civil, dentre os quais foram demitidos a bem do serviço público, mais de 60 agentes e 03 delegados de polícia.

Não estamos nos vangloriando dessas atitudes, mas apenas mostrando que o respeito, a hierarquia, o comportamento lícito e o trabalho honesto são os emblemas maiores da Polícia Civil Pernambucana.

E, hoje aqui e agora, mas do que nunca, queremos expressar todo zelo e sentimento de amor, quase filial, que nutrimos por esta Instituição Policial a qual pertencemos e que neste ano de 2007 está comemorando o centagésimo nonagésimo aniversário de sua existência.

Gostaríamos ainda que nesta singela homenagem todos os policiais civis se sintam lembrados e ao mesmo tempo também homenageados. Aqui deixo a exaltação do respeito e da admiração que nutrimos por todos os colegas da Corporação, desde do Chefe Geral ao mais humilde dos servidores.

Quero encerrar, parabenizando minha querida Instituição, com votos de que o bom trabalho continue sempre e com a proteção de Deus ao nosso novo Secretário de Defesa Social Dr. Servilho Silva de Paiva a quem atualmente se subordina à briosa Polícia Civil do Estado de Pernambuco.

Muito Obrigado

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CORONEL JOSÉ ALVES NO GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL DA REUNIÃO DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2007.

HOMENAGEM PELA PASSAGEM DOS 150 ANOS DE CRIAÇÃO DA ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DE PERNAMBUCO

Disse o Lord Cochrane – Primeiro –Almirante da Armada Nacional e Imperial :

“ O Brasil deve seguir o exemplo da Inglaterra, se aspira a ser respeitado e forte. É no mar que está o futuro deste grande império “

Não é preciso levar muito longe o exame para perceber o caráter eminentemente continental do ambiente geográfico do nosso país. Ele apresenta grande variedade de ambientes constituídos, na sua maioria, de praias oceânicas de contornos suaves.

Ao contrário do ambiente geográfico, o comércio brasileiro aparece como fator capaz de estimular cada vez mais o desenvolvimento marítimo do país. Com efeito, a auto-suficiência econômica tornou-se uma utopia nos tempos modernos. Da mesma forma que todos os importantes Estados continentais, a exemplo dos Estados Unidos, da França, da Alemanha e mesmo da Rússia, foram levados a ampliar progressivamente seus contatos econômicos

com o resto do mundo, também o Brasil é cada vez mais solicitado a intensificar seu intercâmbio comercial com as demais nações.

Os interesses marítimos, do Brasil, são históricos e amplos. O mar foi nossa via de descobrimento, de colonização, de invasões, de consolidação da independência, de comércio exterior e de agressões, além de arena de defesa da soberania em diversos episódios, inclusive em duas guerras mundiais, no século passado. A magnitude dos interesses do Brasil, dado seu porte, recomenda profunda reflexão sobre a natureza das pressões e até de crises, que poderá a vir a enfrentar, em decorrência de interesses antagônicos.

Do ponto de vista econômico, 95% de todo o comércio exterior brasileiro são transportados por via marítima e, 80% do petróleo nacional, são extraídos do subsolo marinho.

Do mar, também, retira-se uma infinidade de outros recursos econômicos, desde a pesca, sal, algas e uma vasta gama de compostos orgânicos até minerais e matérias primas diversas.

Como os mares têm sido o caminho natural das forças coercitivas durante as crises, torna-se fundamental dispor-se de um poder naval capaz de assegurar um patamar de dissuasão compatível com o vulto dos interesses em jogo, obtida, de um lado, pela credibilidade do poder naval, a qual resulta do padrão tecnológico, do aprestamento do material e preparo do pessoal.

A nossa Marinha tem plena consciência de que seu desempenho depende, fundamentalmente, do grau de preparo do pessoal, em face do que, estruturou o ensino de forma a tornar-se uma constante ao longo da carreira, tanto para oficiais como para as praças.

Em 1808, com a vinda de D. João IV e da Família Real Portuguesa para o Brasil, para aqui vieram também os segmentos mais importantes da Armada Portuguesa, entre os quais, a Companhia de Guardas-Marinha, trazendo também, o corpo docente e todo o material acadêmico à formação de novos oficiais para a Armada.

Em 1938, já com a denominação de Escola Naval, passou a ocupar um complexo construído na Ilha de Villegagnon, onde se encontra até hoje, constituindo-se no principal estabelecimento de ensino da Marinha, responsável pela formação profissional da maior parte dos seus oficiais.

Para a formação das praças, existem quatro Escolas de Aprendizes-Marinheiros, localizadas, respectivamente, em Fortaleza, Recife, Vitória e Florianópolis, cuja atividade-fim é o ensino.

Nessas escolas, os conteúdos são desenvolvidos através das disciplinas básicas e profissionalizantes, objetivando transformar o jovem num homem capaz de empreender um trabalho profícuo em benefício da Marinha do Brasil. Durante onze meses, os candidatos, com idades entre 16 e 18 anos, aprovados em exames escolares e físicos, cursam as escolas, recebendo educação equivalente ao supletivo do 1º grau, além da formação profissional específica. Recebem, além da formação escolar, alimentação, alojamento, fardamento, assistência médico-odontológica, assistência social e religiosa, orientação educacional e atividades culturais e recreativas.

Findo o curso, os Grumetes aprovados prestam o “ Juramento à Bandeira “ e são promovidos a Marinheiros, saindo diretamente da Escola para servirem nos navios da Marinha do Brasil. Após um ano de serviço na Armada, podem, mediante a realização de cursos no Centro de Instrução Almirante Alexandrino, adquirir um especialidade, dentre as diversas empregadas pela Marinha.

A Escola de Aprendizes-Marinheiros de Pernambuco foi criada pelo Decreto nº 2003, de 24 de outubro de 1857, do Imperador Pedro II, que a visitou na sua primeira sede, o brigue “ Cearense “, depois instalada num dos telheiros do velho Arsenal de Marinha do Recife, no vapor misto “ Recife”, em parte do prédio onde hoje funciona a Capitania dos Portos de Pernambuco quando, em 1948, foi transferida para a sua atual sede, em Olinda.

O Brasão da Escola configura as mais autênticas tradições navais e de Pernambuco.

Nele, o campo superior azul representa o eterno céu azul do verão nordestino. O castelo representa os fortes portugueses construídos para defender a antiga Capitania de Pernambuco. O Rio Beberibe, às margens do qual se acha a Escola, é representado pela faixa ondeada e o campo inferior vermelho representa o solo ungado de sangue dos heróicos defensores da nacionalidade. O leão, também existente no escudo de Duarte Coelho, representa o bravo Leão do Norte, símbolo do povo pernambucano e os dois coqueiros representam os municípios de Olinda e Recife, nos limites dos quais está situada a Escola.

Há 150 anos ininterruptos, participando da História e forjando guerreiros do mar, nesta terra pernambucana, a Escola de Aprendizes-Marinheiros está pronta para repetir seus feitos gloriosos, sempre que a Pátria reclamar a presença de novos heróis, discípulos do experimentado, audaz, corajoso lobo do mar, âncora da lei, baluarte defensor da nacionalidade e da Honra Militar, o Almirante Tamandaré, Patrono da nossa Marinha que, neste ano de 2007, o Brasil comemora o bicentenário de seu nascimento.

Integrantes da EAMPE ! Mesmo sabendo que sua atividade-fim é o ensino voltado para o desempenho das atividades da Marinha, jamais esqueçais que os seus antepassados, são heróis da Guerra do Paraguai e das duas Grandes Guerras Mundiais.

Aproveito a oportunidade para apelar para as autoridades constituídas, deste país, para que olhem mais para a segurança nacional, dando melhores condições estruturais às Forças Armadas, para que desempenhem suas missões pois, nenhum país livre e soberano pode se fazer respeitar se não tiver o apoio de um significativo Poder Militar.

Estamos assistindo, aqui, no nosso continente, países de menor importância que o Brasil reforçando o seu poderio militar. Temos uma fronteira terrestre imensa, tão grande quanto o nosso espaço aéreo e nossas fronteiras marítimas, que precisam ser mantidos e protegidos.

Guerreiros do mar, soldados do Brasil alerta ! O inimigo pode surgir a qualquer momento e os exemplos de Tamandaré, Caxias e Eduardo Gomes, não podem ser esquecidos.

Como bem se expressou o vosso Comandante, o Capitão-de-Fragata NORIAKI WADA, na Ordem-do-Dia relativa a esse importante acontecimento :

EAMPE – DESDE 1857 FORJANDO GUERREIROS DO MAR PARA A PAZ !

PARABÉNS ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DE PERNAMBUCO PELOS SEU SESQUICENTENÁRIO E PELOS RELEVANTES SERVIÇOS PRESTADOS AO ESTADO DE PERNAMBUCO, À MARINHA E AO BRASIL.

PERNAMBUCO E ESTA CASA DE JOAQUIM NABUCO SE ORGULHAM DE TÊ-LA EM NOSSO SOLO, BERÇO DA NACIONALIDADE BRASILEIRA.

MUITO OBRIGADO !

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares, Funcionários deste Poder Democrático, Público presente,

Boa Tarde,

Volto a tribuna desta casa apelar ao Governador do Estado – Sr. Eduardo Campos, e ao Secretário de educação, Danilo Cabral, que ordenem co a máxima urgência, uma solução final ao triste estado que se encontra as instalações físicas e estruturais da escola Frei João Pereira de Souza, situada no Distrito de Negras, município de Itaíba, agreste pernambucano.

A referida instituição de ensino foi incluída no grupo de escolas que seriam reformadas com imperiosa urgência. Todavia, há mais de 60 dias as obras estão paradas, deixando a comunidade escolar inteira alojada em salões espalhados pelo distrito citado. Salões estes que foram alugados em caráter emergencial pelo DERE e que não oferecem o mínimo de conforto, tampouco infra-estrutura adequada que comportem as mínimas necessidades que o alunado e o corpo docente precisam para desenvolver o ensino público de qualidade. É importante salientar que a grande maioria desses prédios alugados para o cumprimento do calendário escolar também encontram-se em delicadas condições físicas, o que, por si só, já oferece grandes riscos ao alunado – em torno de 600 alunos – e professores lotados na escola Frei João.

Diante do exposto, solicito veemente que o Governo do Estado através da Secretária de Educação – tomem energicas providencias visando à imediata retomada das obras de reforma da Escola Frei João Pereira de Souza, situada no distrito de Negras, município de Itaíba, bem como, uma reavaliação dos prédios ora alugados, pois só dessa forma o ano letivo de 2007 não será prejudicado no que tange a qualidade de ensino, e ainda, o alunado daquele distrito, não corra riscos a mercê da inteligência estadual para com o povo humilde do município de Itaíba.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS NA REUNIÃO DO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2007.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares,

Funcionários da Casa de Joaquim Nabuco,

Público presente,

Boa Tarde

Venho à tribuna desta Casa para registrar fato de relevante importância ao nosso estado, podendo inclusive, tratar-se de um marco para a cultura indígena brasileira. Registro nesse ato, a conclusão de Graduação Superior em Direito da Índia Fulni-ô ROSSANA BION, aprovada com nota máxima pela Associação Caruaruense de Ensino Superior – ASCES, em Caruaru, agreste pernambucano.

Sou conhecedor do afinco dessa legítima representante indígena, tendo em vista que estudamos juntos há alguns anos – ainda no ensino básico – na Escola Municipal Gerson de Albuquerque Maranhão, em Águas Belas.

É notório que concluir a graduação superior no Brasil só é possível quando o aluno possui recursos para tal, já que o acesso a instituições públicas ainda é tímido para o grande número de alunos que concluem o ensino médio. Todavia, quando atingimos a Graduação Superior temos a certeza que estamos iniciando apenas uma batalha, que por muitas vezes é árdua e dura. Só a determinação e a coragem é que servem de combustível para o sucesso. Mas, o que falar sobre uma índia sertaneja e nordestina? Citando *Euclides da Cunha*, posso afirmar que “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”, mas, sobre a índia Rossana, tenho certeza que é uma guerreira nata.

Venceu as dificuldades. Ultrapassou os obstáculos e gradua-se com relevante destaque na educação superior brasileira. Através de sua monografia: *Efetivação dos Direitos Indígenas na Educação – a nova* Bacharela em Direito, externou sua preocupação em manter para a história, a cultura de seu povo, de nosso povo.

Posso afirmar categoricamente que Rosanna não se formou apenas. Ela é exemplo a seguir por muitos outros homens e mulheres, sejam índios, brancos, negros, mulatos, pobres, nordestinos... Ela é prova viva que a educação é, e será, o grande impulsor das mudanças sociais e culturais de todo um povo. Que sua conclusão seja um marco de mudanças conceituais de que quando o homem quer crescer, basta dedicar-se a educação. Que os nossos prefeitos e governadores tirem o exemplo dessa índia, e invistam mais e mais no ensino público, para que amanhã, esse Deputado possa voltar a tribuna extremamente satisfeito e convicto, de assistir outras diversas e inúmeras graduações, mestrados e doutorados de muitos outros que crescerão efetivamente na educação de um Brasil mais justo, e de fato, um país de todos.

Diante do exposto, solicito um voto de Aplauso pela graduação histórica dessa pernambucana índia Fulni-ô.

PRONUNCIAMENTO DO DEPUTADO CARLOS SANTANA NA REUNIÃO DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas,